

4º DISTRITO

A PARTIR DO OLHAR DOS ATORES SOCIAIS NO BAIRRO FLORESTA

VANESSA MARX
ORGANIZADORA

4º DISTRITO

A PARTIR DO OLHAR DOS ATORES SOCIAIS NO BAIRRO FLORESTA

VANESSA MARX
ORGANIZADORA

© dos autores
1ª edição: 2022

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coleção CEGOV
Transformando a Administração Pública

Revisão: Tatiana Weber Mallmann

Projeto Gráfico: Joana Oliveira de Oliveira, Liza Bastos Bischoff, Henrique da Silva Pigozzo

Capa e diagramação: Liza Bastos Bischoff

Apoio: Reitoria UFRGS e Editora UFRGS

Os materiais publicados na Coleção CEGOV Transformando a Administração Pública são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução parcial e total dos trabalhos, desde que citada a fonte.



Q1 4º Distrito a partir do olhar dos atores sociais no Bairro Floresta [recurso eletrônico] / organizadora Vanessa Marx. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2022.
124 p.: pdf

(CEGOV Transformando a Administração Pública)

1. Ciências Sociais. 2. Sociologia. 3. Atores sociais. 4. Administração pública. 5. Cultura. 6. Economia criativa. 7. Governança urbana. 8. Cidades. 9. 4º Distrito – Bairro Floresta – Porto Alegre. I. Marx, Vanessa. II. Série.

CDU 316.334.56:35

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-65-5725-068-6

PREFÁCIO

LUCIANO FEDOZZI

Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, coordenador do Grupo de Trabalho Democracia Participativa, Sociedade Civil e Território do CEGOV/UFRGS.

Qual a possível relevância em conhecer o olhar daqueles que moram, trabalham, transitam, lutam, entram em conflito, se associam e se divertem num dado território de uma cidade? E qual seria a importância de interpretar esses olhares à luz das teorias sociológicas urbanas que versam sobre os processos de interação social realizados nos espaços urbanos? E ainda, qual seria a importância de estudar as interações sociais realizadas por vários agentes, quando os territórios em questão estão sofrendo renovações sociourbanas as quais pretendem transformar as suas funções, seus usos e ocupações?

Para os estudos urbanos em geral, a resposta a essas perguntas é muito clara. Trata-se de máxima importância porque estes tipos de estudos nos falam do caráter das transformações em curso e de quais grupos mais se beneficiam delas. Desde o próprio nascimento das teorias sociais sobre o fenômeno urbano moderno, a produção desse tipo de conhecimento se revela de máxima importância. Seja na pioneira Escola de Chicago, seja nas abordagens que se tornaram referências para a compreensão da mutação do espírito social dos indivíduos na nova condição de vida das grandes metrópoles, como fez Simmel (1973), seja a partir das perspectivas críticas centradas na compreensão das contradições ensejadas pelo fenômeno urbano nas sociedades capitalistas, como mostrou Lefebvre (1968), este tipo de conhecimento é imprescindível para as ciências sociais em geral e para a vida nas sociedades contemporâneas.

É claro que essas referências citadas acima são díspares em aspectos teórico-epistemológicos, mas todas, além de outras importantes que não cabe citar aqui, demonstram: (a) o quanto a vida social de um determinado espaço físico urbano o constitui e ao mesmo tempo é constituída por ele; (b) o quanto a morfologia social surge a partir da mútua constituição entre ela e a produção física dos espaços e (c) o quanto esta dinâmica construtivista é também atravessada por relações de poder, desigualdades e diferenças de variada ordem e grandeza. Portanto, demonstram o quanto a urbanização é um fenômeno ao mesmo tempo social e físico, subjetivo e objetivo. A partir desses parâmetros gerais que tratam da gênese multivariada dos processos de urbanização, cabe destacar o mérito dos estudos aqui apresentados pelo Grupo de Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC) quando esses buscam contemplar também o conhecimento

sobre o sentido que os atores atribuem às mudanças em curso na renovação do bairro Floresta. Isso porque trata-se de investigar os processos de transformação de regiões ou de territórios que já tiveram uma existência consolidada anteriormente, como é o caso do 4º Distrito em Porto Alegre. Trata-se de uma grande área de Porto Alegre que abrigou no passado a concentração industrial e operária e que foi afetada pela desindustrialização das metrópoles brasileiras a partir dos anos 1970. Nesse sentido, a relevância dos estudos que vem sendo realizados sobre o 4º Distrito de Porto Alegre, pelos pesquisadores do GPSUIC, também reside no fato de que se trata de pesquisa sobre um objeto em transformação. Ou seja, de estudos sobre uma “renovação”, quando ela está ainda em construção, com toda a complexidade social e a indeterminação que isso implica tanto na história do bairro Floresta, enquanto objeto do estudo, como na própria condução da pesquisa. Essas condições específicas sobre o processo de renovação aqui estudado tornam a pesquisa mais difícil e desafiadora. Mas, ao mesmo tempo, adquirem certo privilégio por apanhar em ato os acontecimentos e por poder observar o peso diferenciado das diversas variáveis que vão configurando a renovação em questão.

Como se sabe, os processos de urbanização, e talvez ainda mais os de renovação de áreas desfuncionalizadas e degradadas, ocorrem nos marcos das políticas urbanas e das políticas de desenvolvimento socioeconômico que prevalecem nos regimes urbanos locais e no modelo de desenvolvimento do país, assim como da posição ocupada por este em sua inserção internacional. As renovações urbanas são fruto da confluência desses vários fatores de caráter macro e microssocial que atuam e se sobrepõem no tempo e no espaço em suas diversas escalas. São decisões públicas e privadas, individuais e coletivas, institucionais e do mundo da vida dos moradores/as.

Nesse sentido, a pesquisa sobre as renovações urbanas, como a do bairro Floresta, no 4º Distrito, ganha ainda mais relevo por meio da análise pormenorizada que nos é apresentada nos capítulos do livro, quando são consideradas tanto as condições locais do regime urbano quanto as condições impostas pelos contextos nacional e internacional. São decisões tomadas pelas instâncias do Estado e governos locais e pelos agentes privados dos diversos tipos de capitais urbanos – em especial, é claro, pelo capital imobiliário e financeiro – que conformam boa parte do sistema de regulações, incentivos e desincentivos que devem prevalecer nas ocupações e usos da área renovada.

Esta configuração da produção dos espaços das cidades apresenta, em geral, forte impacto dos interesses objetivos e da visão sociourbana dos atores que tem mais poder de influência no processo em questão. Assim, é muito relevante que o estudo ora apresentado situe o caso da renovação do 4º Distrito nos marcos das transformações que as políticas urbanas vêm sofrendo nas metrópoles brasileiras

e do mundo em geral. Com efeito, as transformações tecnológicas, sociais e econômicas que ocorreram a partir da segunda metade da década de 1970, decorrentes especialmente da globalização e da reestruturação produtiva, têm nas metrópoles um *locus* fundamental. E isso tanto para as potencialidades positivas do desenvolvimento socioeconômico quanto porque é nas metrópoles, em geral, que surgem as contradições sociais e ambientais produzidas nesse novo momento de produção do espaço urbano.

Estudos importantes realizados desde os anos 1960 apontam como as metrópoles aumentaram seu papel indutor do desenvolvimento econômico nacional. Outros estudos também indicaram o processo de disjunção entre Estado e Nação, economia e território, a partir da relação entre globalização e metrópoles. Isso porque esse novo contexto urbano-metropolitano tem como pano de fundo a hegemonia do modelo neoliberal de desenvolvimento capitalista e mudanças profundas da dinâmica de acumulação capitalista, agora em sua etapa de financeirização e de extrativismo infinito. Assim, os processos de urbanização e de metropolização vêm ocorrendo sob forte pressão para a mercantilização (ou remercantilização) dos territórios e dos serviços públicos, a fim de transformá-los em novos ativos para a acumulação do capital. A condição urbana, nas últimas décadas, vem sendo, assim, fortemente marcada pela dualização e polarização dos territórios, e pela segregação e gentrificação social. Tal desigualdade da estrutura social traduz-se na constituição de cidades duais, divididas e segregadas como marcas da organização do território, com importantes impactos negativos na sociabilidade, como demonstram as pesquisas levadas a cabo no Brasil pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) do Observatório das Metrópoles.

Esses resultados, que levam à exclusão de vastos setores sociais dos bens materiais, simbólicos e sociais que constituem a noção básica do direito à cidade, não são apenas produto das transformações da nova ordem do capitalismo internacional e de sua vinculação com as economias dos países e regiões. No plano local e regional, eles são viabilizados por regimes urbanos comandados por coalizações políticas aliadas ao complexo imobiliário-financeiro e pelas concepções difundidas de competição internacional entre as cidades, por meio do chamado *city marketing* e do *empreendedorismo urbano*, como modelo de gestão pública cada vez mais adotado no mundo e no Brasil.

Os marcos estruturais que delimitam as novas relações entre a produção do espaço urbano e o desenvolvimento do capitalismo globalizado e financeirizado, a partir do neoliberalismo, encontram oportunidades de ação por parte dos agentes que dominam os regimes urbanos locais, como é o caso de Porto Alegre a partir de meados dos anos 2000 e da maioria das metrópoles brasileiras. Esse novo contexto cria, naturalmente, constrangimentos nada desprezíveis para os atores que

buscam produzir espaços urbanos a partir do ideário do direito à cidade. Então, torna-se de grande relevância que estudos como esse, sobre a revitalização do 4º Distrito, possam indicar até que ponto a inflexão das políticas urbanas neoliberais na ordem urbana brasileira e de Porto Alegre nos últimos tempos estão se fazendo valer nessa renovação.

Por todas essas razões, os resultados das pesquisas do GPSUIC, ora apresentados, trazem grande contribuição para compreendermos os rumos que vêm sendo tomados pelas metrópoles brasileiras. Dessa forma, a pesquisa acadêmica não se exime do seu compromisso normativo, porque afirma que a produção do conhecimento deve estar associada a princípios éticos orientados pelo direito de todos e de todas a uma vida digna e plena de significados coletivos proporcionados pelas cidades, como nos dizia Lefebvre (1968).

REFERÊNCIAS

SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

LEFEBVRE, Henri. *Le Droit à la ville*. Paris: Anthropos, 1968.